

6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar contratos celebrados pela SMED a partir de 2021

Pauta: Aprovação do plano de trabalho, votação de requerimentos e oitiva da testemunha Mabel Luiza Leal Vieira

 **PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** (10h11min) Bom dia a todos. Vamos começar, então, com a verificação de quórum, com a chamada: Ver.^a Biga (Pausa.); Ver.^a Cláudia Araújo (Pausa.); Ver. Claudio Janta (Pausa.); Ver.^a Comandante Nádia (Pausa.); Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente; Ver. José Freitas. (Pausa.) Presente; Ver.^a Mari Pimentel, presente; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Presente. Hoje nós temos, então, a votação do plano de trabalho. De imediato, eu passo a palavra para o relator, Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Bom dia, Presidente, demais vereadores. Eu não sei se vocês querem que eu leia aqui, ou querem que eu distribua, como é que fica melhor? (Pausa.) (Lê.): “RELATORIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. SEI 055.00006/2023-37. 1.INTRODUÇÃO A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tramita nesta Casa Legislativa por meio do processo SEI nº 055.00006/2023-37 e tem por finalidade investigar compras e contratos celebrados pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre a partir de 2021. O requerimento, registrado sob nº 0567547, foi assinado por 12 vereadores e apresentado em 05 de Junho de 2023. Após, o mesmo recebeu parecer favorável exarado pela procuradoria da casa, sendo deferido pela presidência em 30 de Junho. Ouvidos os líderes, a presidência emitiu termo de homologação em 1º de Agosto, sendo designados os seguintes membros: Bloco PCdoB-PSOL-PT: Ver. Roberto Robaina, Ver. Jonas Reis e Ver.^a Biga Pereira; Bloco PL-CID-PTB: Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino e Ver. Mauro Pinheiro; Bloco PODE-REP: Ver. José Freitas; PSDB: Ver. Moisés Maluco do

Bem; MDB: Ver. Idenir Cecchim; PP: Comandante Nádia; NOVO: Ver^a Mari Pimentel (Presidente – art. 69, § 2º do Regimento); PSD: Ver.^a Cláudia Araújo; SD: Ver. Cláudio Janta. A comissão foi instalada em 7 de Agosto, onde se definiu as segundas-feiras, das 10h às 12h, para realização das reuniões ordinárias. Foi eleita vice-presidente a Ver. Cláudia Araújo, e designado relator o Ver. Roberto Robaina. O prazo de funcionamento da comissão é de 120 dias, prorrogáveis por mais 60. Após algumas divergências e decisões judiciais, em 04 de setembro de 2023, na 5ª Reunião Ordinária da presente Comissão, foi votado o Relator, onde fui eleito. 2.DOS REQUERIMENTOS. O Requerimento apresentado apontou fatos que deverão ser investigados na presente Comissão Parlamentar, ou seja: 2.1 Processo judicial em razão do descaso com o depósito localizado na Estrada de João de Oliveira Remião, nº 5.100, utilizado pela administração como local irregular de descarte de materiais, incluindo nocivos ao meio ambiente [conforme o SEI, depois todos os outros conforme os 12 que estão na CPI, confirme pedido das assinaturas.] (...) Considerando que a presente CPI tem como objeto 12 acusações distintas e totalmente independentes entre si, a este relator compete a proposição da presente SUGESTÃO DE REGRAS PROCEDIMENTAIS com as linhas gerais de atuação desta comissão no sentido de cumprirmos no espaço de tempo razoável, as investigações e esclarecimentos necessários em cada uma das matérias. 1.DAS REGRAS PROCEDIMENTAIS. Para a consecução dos objetivos da CPI, o procedimento investigativo pressupõe: a) Aprovação de requerimentos diversos; b) Oitiva de testemunhas; c) Acareações; d) Oitiva de autoridades públicas e de especialistas; e) Realização de diligências; f) Expedição de ofícios; g) Outras providências e demais diligências que a CPI julgar necessário. Além das acima enumeradas, a fim de esclarecer fatos importante e relevantes poderão ser solicitadas outras provas julgadas necessárias pela relatoria e plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por fim, no intuito do bom andamento dos trabalhos e a obediência de um devido processo com regras procedimentais previamente estabelecidas, propõe-se que: DAS REGRAS: Os requerimentos de

oitivas, visitas, diligências devem ser apresentados individualmente, devendo identificar com clareza o objeto (pessoa a ouvir, diligência a ser realizada, documento a ser requisitado) justificativa fundamentada do pedido; Os requerimentos deverão ser assinados pelo autor da proposição, protocoladas durante a sessão da CPI, sendo que sua análise, apreciação e votação somente ocorrerá na Sessão subsequente, salvo deliberação dos membros da CPI em contrário; Após o protocolo do Requerimento, na Sessão subsequente, cumpridos os requisitos mínimos de admissibilidade, o mesmo será incluído para apreciação em pauta, com a respectiva notificação de todos os membros da CPI, através do SEI. Na sessão em que for votado o requerimento, será dada a palavra ao autor por 5 (cinco) minutos para se achar necessário, fundamentar seu pedido, bem como, serão concedidos 5 (cinco) minutos aos demais membros da Comissão que queiram se manifestar sobre o mesmo tema; Os vereadores que apresentarem requerimento de oitiva de pessoas, deverão indicar à Seção de Comissões, no prazo de até 3 dias após a aprovação do mesmo, a localidade onde a pessoa indicada poderá ser encontrada (endereço, local de trabalho, telefone, etc.); Os requerimentos somente serão aprovados com a votação da maioria dos membros presentes na Sessão da CPI; TODOS os documentos serão identificados e anexados no SEI 118.00435/2023-22; As sessões serão abertas com a presença de, no mínimo, a maioria absoluta de seus membros, conforme Regimento desta Casa, concedendo o prazo de 15 minutos para nova verificação de quórum quando da abertura da sessão. Os fatos serão analisados separadamente conforme cronograma definido pela Comissão; As pautas das reuniões serão sempre deliberadas nas reuniões anteriores, bem como, este relator apresentará um cronograma de trabalho para a oitiva das testemunhas e diligências externas; A separação da matéria será feita proporcionalmente a fim de que se possa cumprir com o prazo inicialmente estabelecido de 120 dias, ficando à critério da Comissão eventual prorrogação, se for o caso; Sugere que a divisão da matéria para fins de definições das sessões e o cronograma geral será: 1º – item 2.1 e 2.2 do presente documento;

2º – item 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 do presente documento; 3º – item 2.7, 2.8, 2.9 e 2.10 do presente documento; 4º – item 2.11 e 2.12 do presente documento. DAS REGRAS PARA OITIVAS DAS TESTEMUNHAS. Conforme aprovado pelas duas CPIs, as oitivas das testemunhas serão realizadas conjuntamente, às segundas feiras, com a presença de todos os membros. A presidência dessas reuniões será alternada, entre o Vereador Idenir Cecchim , presidente da CPI 1 e a Vereadora Mari Pimentel, presidente da CPI. 2. Somente os requerimentos de oitivas aprovados nas duas CPI’S poderão ser ouvidas na reunião conjunta. Uma vez aprovados os requerimentos de convocação de testemunhas e investigados, caberá a Presidente a inclusão da oitiva na pauta da comissão; Será oportunizado ao convocado o tempo de 10 minutos para exposição inicial antes das perguntas dos vereadores, caso assim achar necessário. Após o fim do depoimento inicial do convocado, a Presidência e o Relator poderão fazer perguntas; Depois, os inscritos poderão fazer até 3 perguntas, que deverão ser formuladas dentro do prazo de três minutos; Em caso de necessidade, após o fim de todos os inscritos, poderá haver segunda rodada de perguntas, sob as mesmas regras da primeira rodada; As perguntas serão formuladas pelos membros da CPI, diretamente à testemunha, começando pelo Presidente e depois pelo Relator, não se admitindo aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da CPI ou importarem repetição de outra já respondida. Cabendo ao Relator intervir em caso houver perguntas que não estejam em acordo com o objeto da CPI. O Presidente e o Relator poderão inquirir a testemunha a qualquer momento durante a oitiva da testemunha. As testemunhas devem ser tratadas com urbanidade, não se lhes fazendo perguntas ou considerações impertinentes, capciosas, protelatórias ou vexatórias. Mauro Roberto Pinheiro. Vereador-Relator.”

Era isso, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereador. Coloco em votação um plano de trabalho, agora lido...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Fique à vontade, vereadora, é aparte?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Bom dia, Presidente Mari, vice-presidente Cláudia, relator Mauro Pinheiro, colegas vereadores desta CPI nº 2, enfim, eu tenho algumas sugestões aqui, Presidente, se assim a senhora bem entender e os colegas também. No que diz respeito ali, na última página, das regras das oitivas de testemunhas, no quinto parágrafo: “Será oportunizado ou convocado o tempo de 10 minutos para exposição inicial antes das perguntas dos vereadores, se assim desejar.” Se a testemunha não desejar utilizar 10 minutos antes, assim não o fará, não é? Então, “será oportunizado” parece que ele vai ter que falar 10 minutos, ou seja, se a testemunha assim desejar, falar antes, senão acho que nós poderíamos deixar direto nas perguntas dos vereadores. E quero ressaltar, Presidente, porque, na última oitiva que nós tivemos, teve muitas perguntas que não cabiam ao objeto da CPI, então ressaltar muito, no penúltimo parágrafo, que fala sobre as perguntas formuladas, que não tiverem relação com as questões do fato objeto da CPI. Quem será, digamos, quem será a pessoa que vai dizer: isso não diz respeito à CPI, não é o objeto. Gostaria que fosse explicitado isso, Presidente, porque senão, há perguntas que não têm nada a ver com a CPI, e eu gostaria de saber se é a Presidente, se é o relator, porque na última eu tive que fazer várias inferências aqui, dizendo: olha, isso não é pauta, enfim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu estarei conduzindo de acordo com os temas que são delimitados ao presente requerimento da CPI.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A senhora aí que vai dizer se isso diz respeito a CPI ou não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exatamente.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Ok. Tá bom.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Coloco em votação o plano de trabalho do Ver. Mauro Pinheiro. Vereadores que concordam permaneçam... Vota contrário? Vereadores que concordam, permaneçam como estão. Votos contrários, apenas o Ver. Jonas Reis. Está aprovado o plano de trabalho. Muito obrigada. Eu gostaria de convidar o Ver. Idenir Cecchim para com...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não? (Pausa.) Só para deixar aqui registrado, todos os vereadores aqui presentes têm as mesmas regras, então todos podem fazer perguntas, nós estamos fazendo uma conjunta nesse sentido, de maneira que pode ser anexada - não é, Ver.^a Cláudia Araújo -, então todos os vereadores têm o mesmo espaço de fala e de perguntas. Essas são... só para antes de começarmos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Será a oitava da servidora Mabel.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, eu queria fazer uma proposta aqui, já que estamos todos aqui, para que a CPI seja conjunta sempre na segunda-feira, independente se é oitava ou não, até a reunião de trabalho,

que daí num dia só, a gente faz isso. Como já está estabelecido, alternada a presidência, para que siga o rito normal, eu quero fazer esta proposta, para que também as oitivas e também as reuniões normais ordinárias possam ser feitas sempre na segunda-feira.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Claro, com certeza, deixo registrado e coloco para votar. Vereadores que concordam...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): (Manifestação fora do microfone.) Daí às quintas não tem mais.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mantemos então toda segunda-feira, e até já formalizo o convite: na próxima segunda quem estará presidindo será o Ver. Idenir Cecchim, uma vez que hoje eu estou presidindo, mas na próxima será o vereador. Todos de acordo, muito obrigada. Então nós temos o juramento...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, questão de ordem para dar continuidade aqui. Eu entendo que nós estamos reunindo as duas CPIs, de uma forma harmônica, independente por parte dos seus presidentes, eu acho que nós avançamos muito. E também falo aqui para os vereadores, acredito que o procurador da Casa cometeu um erro gravíssimo, inclusive encaminhei para a Mesa, a Ver.^a Cláudia é da Mesa, de nós termos uma conversa bem séria com o procurador da Casa. Essa confusão toda, de duas CPIs com o mesmo objeto, se deu por conta de um procurador que teve um entendimento único, monocrático e que não é, não foi o melhor para o desenlace dos trabalhos aqui, das atividades da Casa e das duas CPIs, tanto que nós estamos fazendo elas conjuntas. Agora mesmo o Presidente da CPI nº 1 pediu para que todos os atos aconteçam apenas na segunda-feira, nós temos muitas atividades. Mas, com todo respeito, Presidente, gostaria de lhe dizer que eu sou contrária a essa oitiva de hoje, eu já havia comentado a motivação: uma, porque os vereadores da CPI

nº 1 não foram convocados, enfim, mas isso diz respeito a nós, assim como também não vejo problema de ser juntada à CPI nº 2 a oitiva de agora, mas quero manter aqui a minha coerência, de que a legalidade de todos os atos nós temos, sim, que preservar. Acabamos de aprovar um plano de trabalho que fala que os requerimentos – o requerimento foi na sua última condução da CPI – devem ser analisados na sessão subsequente, o que não aconteceu; ainda, que a oitiva de pessoas deve ter um prazo de três dias após aprovação, nós tivemos dois dias com a Casa fechada, ou seja, os prazos não aconteceram de acordo. Mas, para o bem de todas as duas CPIs, com o meu se não, a minha não concordância, só para deixar claro e anexado aí, que nós não estamos seguindo o rito desse chamamento dessa pessoa para a oitiva, mas, enfim, continuemos para que a paz seja restaurada e que a CPI encontre uma solução. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver.^a Nádia.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidenta, eu só queria reiterar aqui que eu acho fora do razoável a fala que a Ver.^a Nádia fez. Atacar o procurador... Acho que nós estamos tentando aqui compor para discutir um tema importante da cidade e a senhora vem aqui e ataca um servidor público pelo trabalho que ele faz? Acho que a senhora tem que se retratar, isso é um desrespeito. Dizer que nós temos que ter uma conversa séria com o procurador. O procurador fez concurso. A senhora faça concurso e vire procuradora; então, ele sabe o que ele está fazendo, respeitar. E essa ótima que vai ser feita hoje aqui é importantíssima para a gente entender o que acontecia dentro do governo; nós queremos entender. Se a senhora não quer entender, se a senhora já sabe, a senhora poderia então falar ali para nós, se a senhora sabe tudo. Nós não sabemos, por isso que a gente quer ouvir e apurar na CPI.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereador. Dando início, eu vou fazer uma fala inicial, e o nosso relator vai fazer algumas perguntas

iniciais para a Sra. Mabel. A senhora promete dizer a verdade do que souber ou que lhe for perguntado, sob pena de ser processada criminalmente por falso testemunho?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim, prometo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Agora, com a palavra, o relator.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Vou iniciar aqui, Presidente, fazendo algumas perguntas mais de identificação, para que todos possam saber e ficar nos autos do processo do que nós estávamos tratando. Qual o nome da senhora?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Mabel Luiza Leal Vieira.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Sua idade?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Quarenta e sete.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual seu estado civil?

SRA. MABEL LUÍSA LEAL VIEIRA: Solteira.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual seu endereço?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Rua Joaquim Caetano, 700, apt. 802-B, bairro Fátima, Canoas.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A sua profissão ou o cargo público que a senhora exerce?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sou professora, servidora pública municipal em Canoas e do governo do Estado.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora possui alguma ligação com partido político?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): É servidor público efetivo e ocupa cargo comissionado ou não?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, eu sou efetiva tanto em Canoas, quanto no governo do Estado; em Porto Alegre, eu estava comissionada.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora foi cedida?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Cedida, isso.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora hoje não presta nenhum serviço... Presta algum tipo de serviço para Porto Alegre?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): E qual a função que a senhora exerceu no Município de Porto Alegre?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu era assessora técnica no gabinete da secretária e fazia gestão de dois projetos.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora fazia gestão de dois projetos. Quais projetos?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Era o plano de logística sustentável e a plataforma de gestão educacional.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Em qual período a senhora exerceu essa atividade?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Foi fevereiro de 2022 até julho de 2023.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Fevereiro de 2022 a julho de 2023?

SRA. MABEL LUÍSA LEAL VIEIRA: Isso, eu acho que início de março, na verdade, de 22.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora tem algum parentesco ou amizade com algum dos agentes políticos de Porto Alegre, prefeito, secretários, adjuntos, diretores?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, vínculos não.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Como é que a senhora veio para trabalhar na SMED? Foi a convite de quem?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Fui convidada pela secretária Sônia, por técnica, pelo trabalho que eu exerci. A gente trabalhou juntas em outras oportunidades e foi feito esse convite para eu assumir esse cargo técnico.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora veio então a convite da secretária Sônia, por já ter trabalhado com ela em outra oportunidade.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Isso. É.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora tem acompanhado, não sei se a senhora tem acompanhado aí a CPI, dos fatos que têm sido relatados, qual a sua participação na compra desses equipamentos?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Na verdade, eu era assessora técnica. Então, eu fazia algumas instruções de processos dentro do sistema Sei. Então, participação de decisões não era da minha competência, eu fazia instrução dos processos no sistema. Claro que algumas contribuições, às vezes, a gente também faz, de avaliação pedagógica, mas o meu trabalho dentro desses processos que foram aí elencados e que vêm sendo discutidos aqui nesta Casa, foi mais de instrução mesmo.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): De quais desses processos a senhora teve alguma participação tecnicamente?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Ah, foi dos materiais pedagógicos, material esportivo, os óculos de inteligência artificial. O que mais... Os óculos, os livros de sustentabilidade. Deixa eu ver... Deixa eu lembrar, gente, que é tanta coisa. Eu acho que são esses, assim, os principais... E das mesinhas, das mesinhas interativas, as mesinhas digitais.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Em algum momento a senhora teve algum contato com as empresas? Ou a senhora participou de alguma reunião com as empresas que venderam esses produtos?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não. Reunião com as empresas, eu não participei. O que que acontece? A gente faz pesquisa, pesquisa de fornecimento. Quando um objeto é elencado por uma equipe técnica e pedagógica, que veem, que há necessidade daquele objeto ou que há interesse que aquilo qualifique as escolas, a gente faz pesquisa. A gente pesquisa empresas... Claro que todo o mundo sabe que tem empresas também que nos procuram, às vezes, para apresentar seu produto, serviços, enfim. Nem todas as vezes são contempladas no atendimento, depende do que está propondo. A gente recebe, a gente escuta, a gente avalia e depois entra em contato. Normal.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora disse que trabalhou na Secretaria de Educação. Não sei se a senhora falou isso... A senhora trabalhou na secretaria de Educação de Canoas, na secretaria de Educação do Estado, em alguma oportunidade?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não. Do Estado, não. Eu sempre estive lotada em escola, desde... Eu estou há 23 anos no município de Canoas e há 20 anos no governo do Estado. O único período que eu não fiquei em sala de aula, que eu não fiquei no chão da escola, seja como gestora, supervisora ou professora, foi no período que eu fiquei na SMED. Então todo esse tempo eu estive em alguma escola. Em 2021, eu trabalhei na Secretaria de Educação de Canoas, na parte pedagógica, não era administrativa, eu era chefe de unidade da alfabetização; e durante 15 anos eu fui gestora escolar, foi onde eu conheci a secretária Sônia, quando ela era então coordenadora de ensino, e acompanhou o meu trabalho de gestão, enfim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O primeiro inscrito é o Ver. Idenir Cecchim; depois, a Ver.^a Biga Pereira.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Professora Mabel, bom dia.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Bom dia, vereador.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu olhei o seu currículo, e, pelas atividades que a senhora teve durante todos esses anos em sala de aula, o seu currículo como pedagoga é importante – ele é enriquecido pelo tempo, mas também pela maneira que a senhora estuda.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu gostaria que a senhora falasse – não é nenhuma pergunta – sobre a importância da aquisição desses materiais, dos Chromebooks, dos livros didáticos, enfim, dessas compras que estão sendo discutidas; que a senhora falasse sobre a importância dessas ferramentas para as crianças do Município de Porto Alegre, principalmente a oportunidade daquelas crianças da periferia, daquelas crianças mais pobres, terem acesso a essas ferramentas. Gostaria que a senhora falasse sobre isso.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Certo. Obrigada, Ver. Cecchim. Bom, na verdade, a minha formação não é em pedagogia. Eu tenho formação em outra área de ensino, mas vivencio muito, vivenciei muito dentro de sala de aula; hoje estou em sala de aula, inclusive, em um dos turnos de trabalho. Acredito que foram aquisições bem importantes, que qualificam, sim, o ensino. São instrumentos importantes, visto que nós viemos de um período pandêmico, em que a gente teve bastante perdas, distorções, enfim. E, também, na perspectiva de esses equipamentos, de esses materiais também enriquecerem e contemplarem os programas que fizeram parte das políticas educacionais que foram implementadas nessa gestão, como o Alfabetiza+POA, RecomPOA,

aqueles quatro programas principais, o *upgrade* escolar de tecnologia. Então, eu acredito que dentro da Secretaria trabalham professores, trabalham pessoas que vivenciaram todo esse período, a realidade das escolas, a questão do acesso a esse tipo de material tão importante para qualificar o ensino e, até mesmo, para qualificar o professor que está lá na ponta. Então, eu só vejo que foram aquisições positivas, que deram sentido para aqueles programas que foram implementados na rede de Porto Alegre.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Agora o Ver. Roberto Robaina. Não. Ver.^a Biga. Desculpa.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Bom dia, Presidente. Bom dia a nossa convidada. Que bom que você está aqui conosco, para nos ajudar a elucidar todas as perguntas, os questionamentos que nós temos sobre essa situação das compras realizadas. Eu tenho algumas perguntas que eu gostaria que a senhora pudesse nos responder. A primeira é se a senhora já teve alguma reunião para compra de material da Mind Lab com a servidora Lia Wilges.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): A senhora recebeu alguma cobrança da servidora Lia Wilges em grupo de WhatsApp, ou de outra forma, sobre a consultoria Ambiética?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não. Assim, a Mind Lab, não fui eu quem instruiu o processo, eu não acompanhei essas reuniões com a Mind Lab.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está bem.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): (Manifestação fora do microfone.) A Ver.^a Nádia falou dez minutos da outra vez e está reclamando agora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente, eu posso continuar minhas perguntas? Eu posso ter a palavra assegurada, Presidente Mari? Muito bem, obrigada. Professora, eu vou fazer um conjunto de perguntas, está bem?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu vou anotando aqui para não me perder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está bem. Obrigada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): (Manifestação fora do microfone. Inaudível.) ...dez minutos.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A senhora falou dez minutos.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Dez minutos, na passada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): (Manifestações fora do microfone.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): É quando lhe convém a senhora se preocupa com o tempo.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está bem, então, obrigada Nádia, tu vais cronometrar... Beleza. A Nádia foi eleita nossa árbitra. Professora Mabel, qual a justificativa para adesão à ata de registro de preços da Sùdù? Onde foi encontrada a ata da Sùdù? Quem lhe repassou? A senhora tinha conhecimento

que a empresa Sùdù fornecia produtos à empresa Inca Tecnologia? Qual é a participação... Não. De quem foi a decisão de aderir às atas de registro de preço da Astral, Inca e Sùdù? Por que no processo administrativo que tratava da adesão à ata de registro de preços do Consórcio Cispar foi juntada à ata e edital do pregão? É 162/2021 do Estado de Sergipe, em que a Inca foi vencedora? A senhora foi responsável por solicitar orçamentos para outros fornecedores? O que levou a senhora a solicitar orçamento para as empresas Editora Verde, Word Soluções e etc. da educação? Como foram enviados os orçamentos? A senhora sabia que o senhor Jailson, que deu um dos orçamentos mais caros, utilizados para justificar a vantajosidade, foi quem efetuou a entrega dos produtos?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora, só vamos deixar ela responder já que foram muitos, e daí a gente vai passar para as perguntas aqui.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eram só três perguntas. Foram aprovadas três perguntas em três minutos.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): (Manifestação fora do microfone. Inaudível.) Pois é, olha só... Nós aprovamos e não está valendo, Presidente: são três perguntas em três minutos...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu só fiz três perguntas. O meu tempo terminou, vereadora?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vamos passar para a servidora Mabel responder.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu vou iniciar pela....

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Biga, a servidora vai lhe responder.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Ver.^a Abigail, então, iniciando, as primeiras questões que tu fizestes em relação à Mind Lab. Eu não instruí o processo da Mind Lab, não sei, não posso te dar detalhes, então não vou responder pelo que eu não sei, pelo que eu não acompanhei, tá? Sobre a questão da Lia, também... Assim, sobre a questão da Ambiética, a Ambiética, quando nós, se eu não me engano, não sei se já estava o processo acontecendo para contratação da Ambiética, porque eu não acompanhei, eu não acompanhava todos os processos, acompanhava aqueles que eu instruía, mas quando eu entrei no núcleo de sustentabilidade da SMED eu conheci a empresa, mas ela já estava contratada. Então eu não sei como é que foi o processo de contratação, não fui eu que instruí, eu só conheci eles quando já estavam fazendo as formações, tanto nas escolas quanto com o pessoal ali da própria SMED. Sobre a questão das atas dos livros, eu só sei te dizer do Conexões, que é o da Sùdù. Esse, inclusive, a gente procurou avaliar bem em função desse núcleo de sustentabilidade que a SMED tem dentro da secretaria, e que depois, inclusive, foi criado o grupo... O grupo não, desculpa, o gestor executivo de sustentabilidade... O grupo executivo de sustentabilidade, e eu era titular. Porque, em 2021, acho que vocês devem saber, foi publicado aquele decreto da obrigatoriedade de ter o PLS nas secretarias, enfim. Esse decreto, então, foi atualizado em fevereiro deste ano e a gente já tinha a ciência de tudo que a gente deveria, sim, movimentar dentro das escolas na própria secretaria sobre as questões da educação ambiental e de sustentabilidade. Quando nós fomos apresentados a essas coleções de livros, quando nos apresentaram essa do Conexões, nós achamos que tinha muito a somar, mesmo que fosse, assim, ah

é mais um livro, mas era um instrumento que viria a somar e a qualificar, sim, tanto os estudantes quanto os pais, porque envolve as famílias e os professores. Seria um instrumento a mais dentro da escola. Bom, eu fiz contato sim, porque, quando a gente recebe, é apresentado um produto, tu tens que pesquisar quem vende esse produto, onde tem esse produto à venda. E, no caso, quando me veio a informação que existiria talvez uma ata de registro de preço, a gente fez as pesquisas, porque pesquisar ata é simples, tem o Banco de Atas, tem até banco do governo federal, tu vais no Google e tu procuras, tu vais nas redes e procuras, procuras lá atas vigentes no ano tal, e vai aparecer, ou nos consórcios. Então, eu procurei e enviei *e-mail*, sim, para várias editoras, porque, quando tu colocas o nome da coleção Conexões, Sustentabilidade aparecem vários *links*, e eu mandei *e-mail* sim, eu acho que foi início de setembro, eu mandei *e-mails* para algumas empresas, e daí foi até um a mais, assim, que eu colocava, para a gente ter um parâmetro de mercado. Porque, quando a gente instrui processo de adesão de ata, a gente não pode fazer só comparativo com empresa, não é que nem tu fazer uma compra particular. Se tu estás aderindo a uma ata, tu tens que fazer o comparativo com outras atas vigentes do mesmo produto, com a mesma especificidade e que tenha a mesma quantidade de escrita. Então, foi isso, foi isso que a gente, que eu fiz, enquanto servidora de assessoria técnica. Era meu papel fazer essas buscas e pesquisas. Não sei se eu te respondi.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vou só complementar. O *site*, só para ficar registrado, o *site* do Banco de Atas é o www.bancodeatas.com.br?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Bancodeatas.com.br.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): www.bancodeatas.com.br

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É, tem vários, né? Mas o Banco de Atas é o que, geralmente, assim, era mais fácil de encontrar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Claro.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A gente deixa registrado, depois a gente pega isso.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Só preciso que tu me sinalizes para aonde eu envio, tá?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, sim, nós vamos mandar depois um...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu acho que daí encaminha para o meu e-mail a solicitação, não?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A gente organiza com o relator.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, vou de novo aqui, acabamos de aprovar um plano de trabalho que não está sendo observado. Eu sou extremamente legalista dentro dos atos, está escrito aqui: são três minutos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não, não é chato, isso é questão de organização. Quem não é organizado é assim mesmo, quem faz bagunça é assim, quem gosta de tocar o terror e quer fazer as coisas na lambança é assim,

viu? Só para deixar bem claro: são três minutos, três perguntas. Ou a gente rasga o plano de trabalho, ou a gente acompanha. Ou o relator... tem mesa aqui para três pessoas cuidarem, estou fazendo papel de chata ali. O Ver. Cecchim fez uma pergunta em 55 segundos, a Ver.^a Biga fez várias perguntas, e não pode ser pergunta, responde, pergunta, responde. Então a senhora tem que coordenar melhor aqui, para não ficar chata a coisa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereadora. Eu só vou perguntar novamente. Sra. Mabel, só para ficar registrado: Quem sugeriu utilizar a coleção Conexões? Eu, desculpe, eu me perdi nessa...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É, na verdade, a equipe pedagógica ali da gestão pedagógica ali da SMED e mais o corpo técnico ali, eles avaliaram, só que eu não participei dessa avaliação inicial assim, quando receberam os livros, enfim. Eu só vi depois, porque eles deixaram ali um quantitativo para a gente fazer a avaliação com mais calma. Daí foi quando eu tive contato com os livros. E daí...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Só para eu entender, então. Chegava já a demanda: aderir à ata do projeto Conexões. Era isso?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Para ti, vinha do pedagógico?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Isso. É, do pedagógico, porque assim, nenhuma reunião, nenhum fornecedor, ou seja lá quem, for era atendido sozinho por alguém, ou pela secretária sozinha, ou pela diretora pedagógica sozinha, sempre era um grupo, mais de um secretário com alguém do financeiro, com

alguém do administrativo, do jurídico principalmente, para ver a viabilidade. Então, era isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então chegava para ti por *e-mail*? Como é que chegava essa demanda da parte pedagógica? Só para a gente depois poder solicitar os documentos.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, não era por *e-mail*, não era por *e-mail*. Era assim...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Era de maneira mais informal.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E deixa eu fazer uma última pergunta. Porto Alegre tinha alguma adesão a alguma ata já registrada com outra empresa que poderia aderir sem ser à Sùdù no momento que foi aderido à Sùdù?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Ah, não sei te dizer.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não teria nada, nenhuma empresa já homologada pelo Município.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, não sei.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passo a palavra para o Ver. Roberto Robaina. Vamos registrar novamente, vereador, vamos tentar agora só seguir mais o rito, para a gente conseguir fazer as perguntas. Obrigada.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Servidora Mabel, a senhora era a responsável pela instrução da coleção Conexão, Educação Ambiental e Sustentabilidade, como a senhora informou. Justamente nessa área pela qual a senhora era responsável, nós tivemos aqui o depoimento do empresário Jailson, e nos chamou muito a atenção, a mim chamou muito a atenção, que justamente quando teve a discussão sobre a vantajosidade, as empresas que apresentaram os seus orçamentos, ali justamente estava a Editora Verde, uma empresa da qual o Sr. Jailson é o proprietário, o orçamento World Company, a ETC Educação, o orçamento da Sùdù, que foi a que ganhou nessa ocasião, embora a Sùdù tenha vendido os livros da Inca. Nos chamou a atenção justamente porque o Sr. Jailson foi quem fez, inclusive, a entrega, embora tenha sido o empresário concorrente da empresa que ganhou, nos chamou a atenção, porque, em geral, quando há concorrência, quem perde a concorrência não faz a entrega dos livros da empresa que venceu. No caso do Sr. Jailson, ocorreu exatamente isso. Eu estou lhe perguntando, porque a senhora foi a responsável pela direção desse processo. Então, eu queria saber, nesse caso específico, como é que foi a sua escolha? A Presidente da CPI estava agora perguntando inclusive. Pelo que eu entendi, a pergunta da Presidente da CPI se referia exatamente a isso. Foi a senhora que escolheu, ou chegou para a senhora?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, eu não tinha a responsabilidade de fazer a escolha sozinha, né? Na verdade, assim, o que é que a gente fazia, tá? A gente fazia pesquisa de atas. Essa foi apresentada, *ok*.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A gente quem? As pessoas, eu quero saber os nomes das pessoas. Quem é o responsável pela escolha dessas atas, dessas empresas? Porque nos chama a atenção que todas as concorrências tinham as mesmas empresas.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É que assim, o que é que acontece? Eu não tinha conhecimento da relação dessas empresas. Quando a gente faz a pesquisa, tu colocas lá, como eu falei, o objeto que tu quer pesquisar, porque são livros, né? Que nem editoras, várias editoras que vendem o mesmo livro, e a gente tem ali a lista das empresas e entra em contato. Agora, a questão da entrega do Sr. Jailson, isso eu nem tinha conhecimento, porque eu não fazia parte da questão...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, sobre a entrega não é problema, sobre a entrega, eu só estava lhe dando a importância do assunto, porque nos chamou essa atenção, mas é sobre as escolhas: quem é que fazia a escolha? Quem fazia a pesquisa e quem escolhia?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Tá, assim, ó: eu fazia a pesquisa daqueles objetos que eram elencados e que eram me demandados para fazer pesquisa. “Ah, Mabel, a gente...” Vamos dizer assim, tá? Ali, numa reunião de equipe técnica, pedagógica, decidiram que iriam fazer a aquisição das mesinhas, por exemplo, certo? Aí era solicitado pelo gabinete que eu fizesse a pesquisa, instrísse o processo. Alguns processos era eu que instruía, porque eu tinha outras demandas também, eu não podia fazer todos. E tem processos que eram feitos dentro do próprio pedagógico, enfim. Então, vinha, e a gente fazia as pesquisas, se achavam os fornecedores e entrava em contato sempre através do *e-mail* institucional.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A escolha era sua?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: A escolha não era minha, a escolha era do grupo de trabalho.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): E a senhora pode dizer quem era o grupo de trabalho?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Grupo pedagógico, a diretora pedagógica, a secretária adjunta, a secretária Sônia, o secretário Mário, o pessoal que trabalha no jurídico, todo mundo que acompanhava. É que assim: dependendo do objeto, vão ter pessoas diferentes. Quando a gente faz aquisição de tecnologia, quem é que está junto, para definir junto? O pessoal que trabalha com a tecnologia, que vai ter a expertise para falar do objeto e avaliar o objeto. Então, assim, depende do objeto.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Deixa ver se eu entendi. A pergunta é: tu que chegaste no nome das concorrentes? Quando tu foste comparar a Sùdù, a ETC, você colocou no *site* [www.bancodeatas](http://www.bancodeatas.com) ...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): ...e apareceu ETC, Verde e Old Solutions?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É, é que daí aparece o nome das empresas que trabalham com aquela coleção, entendeu?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Servidora, o importante de CPI, nesse caso, sempre, eu acho que, justamente, é a questão da verdade, eu acho que é isso que nós estamos buscando.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim, estou falando a verdade.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Justamente como nós temos essa dúvida sobre, justamente, essa concorrência que a senhora dirigiu, eu fico me perguntando e queria saber se a senhora nunca declarou, a senhora tem uma convicção acerca de quem indicava para a senhora a escolha dessas atas? Alguém indicava a escolha dessas atas?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ninguém indicava?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora nunca disse que alguém indicava para ninguém?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, não existe indicação.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A escolha foi sempre sua, ou dessa equipe?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, não era minha, eu apresentava, quando eu fazia as pesquisas, eu apresentava, e o grupo de trabalho avaliava, né? Eu não sou ordenadora de despesa, não tinha esse poder de escolha.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, mas eu me refiro às empresas.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim, exatamente.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora escolhia as empresas ou alguém indicava para senhora...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Alguém já indicou para a senhora alguma empresa dessas?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, eu pesquisava, apresentava e daí era feita a escolha, mas não era por mim...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Quem escolhia a empresa? Quem dizia: “Vamos aderir a...?”

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Os secretários.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mário e Sônia?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Os secretários – agora está a resposta. Então, a escolha das empresas era do secretário, da secretária, no caso.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Dos dois secretária, os três secretários, são três.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ok. Por fim, então eu queria lhe perguntar o seguinte: no parecer referencial do procurador do Município, do Roberto Mota, de nº 09, de 2022.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Esse parecer apontou que a realização de procedimento de adesão não dispensa a realização prévia de todos os procedimentos internos de planejamento da contratação.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Por qual motivo essa orientação não foi seguida, e diversos processos administrativos não iniciam por um projeto básico ou termo de referência?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Nesse mesmo despacho ali tem a ordem, ele mesmo coloca, não sei se o senhor viu toda a orientação jurídica ali, porque o Dr. Roberto Mota é o setorial, é aquele que dá as instruções para a secretaria, ali mesmo diz que o processo tem que iniciar com aqueles dados iniciais ali, que é o edital de onde surgiu a ata, a ata de registro de preço e as anuências. Aí, depois, vem o resto das instruções.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): E por que não foram seguidas?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Foram seguidas, sempre iniciou pelo edital, o edital depois a ata.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Isso são duas, são onze, são vários procedimentos.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim, são vários procedimentos.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mas não foram...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Foram seguidos.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora afirma que foram seguidos?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Dos que eu instruí, foram seguidos. Tanto é que eles passam pela Assetec, que é a assessoria jurídica, e retornavam para mim, para fazer os encaminhamentos, eu segui as orientações jurídicas da casa.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ok. A senhora seguiu as orientações jurídicas.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Exatamente.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Última pergunta: alguém de fora da SMED demandava que projetos ou fornecedores específicos fossem atendidos?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não para mim.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Para a senhora não.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Nunca tive nada, não tenho conhecimento...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nunca ninguém lhe pediu nada?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ok. Obrigado.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, só gostaria que o Ver. Robaina, depois, juntasse o parecer do procurador para que a gente possa colocar nos autos do processo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Só que vai ficar nas notas taquigráficas...

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): (Manifestação fora do microfone.) Presidente, estou sem microfone, uma questão de ordem, mas eu faço aqui mesmo assim, porque aqui é o lugar da questão de ordem, mesmo que alguns vereadores não queiram que tenha questão de ordem. Presidente, eu faço um apelo, relator, eu faço um apelo para que se pare, então, a reunião e que reúnam os vereadores, porque a gente acabou realmente de aprovar as regras para as oitavas. Estão aqui, depois os inscritos poderão... São três perguntas, três perguntas em três minutos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E até gostaria de reforçar...

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): (Manifestação fora do microfone.) Eu me organizei, só um momento, eu me organizei para fazer três. Eu teria um monte, e não dá para ser no... São regras, a gente aprovou. Então, por favor, eu entendo os colegas, mas a gente tem que dar exemplo, vamos lá, nós somos legisladores, nós acabamos de aprovar as regras e nós não estamos cumprindo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereador. Ver. Giovani Culau é a sua vez. Eu gostaria também que se atentassem nessa questão que está fugindo um pouco das regras. Todos terão, como foi falado aqui pelo relator Mauro Pinheiro, nós vamos fazer essa rodada, nós faremos outras rodadas, se precisar, faremos outra; todos terão as suas perguntas colocadas, e agradeço a

compreensão de todos.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Então, bom dia, Presidenta Mari, relator Mauro, vice-presidenta Cláudia Araújo, Mabel, demais colegas vereadores e vereadoras. Vou tentar me enquadrar aqui no plano de trabalho aprovado pelos vereadores. Ao que me consta, Mabel, em abril de 2022, estabeleceu-se um novo fluxo interno na SMED, em Porto Alegre, para adesão às atas de registro de preço, que também, ao que me consta, tirou a autoridade do setor administrativo. Eu gostaria de ouvi-la um pouco sobre as razões dessas mudanças, mas, em específico, entender mais e melhor – e nós já estamos discutindo sobre isso aqui nesta CPI, a partir do teu depoimento –, mas eu quero compreender mais e melhor como eram escolhidas as atas a serem aderidas pela Prefeitura por esse GT. Então, estou compreendendo que tu fazias uma pesquisa, e esse GT tomava decisão sobre a adesão. Mas eu quero compreender como essas escolhas eram feitas? Minha segunda pergunta: havia alguma cobrança para esse GT, ou para a senhora, ou do seu conhecimento, para que as compras fossem executadas por algum fornecedor específico? Essa é minha segunda pergunta. E a minha terceira questão era exatamente no sentido de compreender quais os critérios então utilizados por esse GT para a definição dos produtos a serem adquiridos, visto que, inclusive em algumas visitas que fizemos em escolas, é possível perceber a não participação das escolas e da vinculação, muitas vezes, dos produtos adquiridos aos Projetos Político-Pedagógicos. Quando eu faço essas três perguntas, Mabel, também gostaria de entender se em algum momento tu percebeste algo estranho nas adesões feitas pela Prefeitura às atas de registro de preço.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Vamos por partes aqui, então. Sobre a questão do fluxo e da questão de terem tirado a autoridade do setor administrativo, eu não tenho como te responder, não sei te responder, isso não faz parte da minha competência; talvez, quando a secretária vier aqui, ou o

secretário Mário, eles possam te dar essa resposta. Isso não foi decisão minha, nem sei se isso aconteceu, então não vou falar de algo que eu não sei; como te falei, as atas eram escolhidas... É que, assim, eu quero deixar bem claro que eu estou falando do meu trabalho, eu, Mabel, enquanto servidora, enquanto assessora técnica das atas dos processos que eu instruí. Foram feitos dessa forma: de pesquisa, de trazer para a secretária, para o secretário, para o pedagógico aqueles objetos que teriam sido elencados. E quais são os critérios para escolher essa ou aquela: vantajosidade econômica e impacto na qualidade da educação, porque se escolhe.. Quando tu fazes a instrução, tu tens que justificar, exatamente isso aparece nos processos, essa justificativa. Qual é o impacto que vai ter para o Município, se tem vantajosidade econômica, se o produto é de qualidade, então eu acho que tudo isso era analisado – acho, não, tenho certeza –, tudo isso era analisado, inclusive, como eu falei antes, quando se comparam as atas, eu não posso comparar uma ata que não tenha o mesmo objeto, a mesma especificação, mesmo que seja o mesmo objeto, as especificações têm que ser as mesmas, então, isso tudo era analisado. O que mais tu me perguntaste sobre o GT... Ah, cobrança de fornecedor. Não tive cobrança de fornecedor nenhum; assim de imposição nenhuma, pelo menos da minha parte, não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu até gostaria de reforçar, eu acho que o que o Ver. Giovanni está colocando é que, por exemplo, no processo da Sùdù não foi pesquisado o banco de atas nas concorrências. A Verde, a ETC e a própria World Solution vieram como orçamentos, e não vieram... Então eu acho que a pergunta que o Sr. Giovanni quer fazer, é se havia algum direcionamento ou alguma... Ou daqui a pouco alguém lhe dizia quais seriam as empresas que poderiam concorrer com a própria Sùdù nesse critério ou como chegaste ao contato.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: A gente até consultou o banco de atas, eles não tinham esse produto, o mesmo produto, no caso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então a Súdù não foi... A concorrência foi feita por orçamentos?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Foi feita por orçamentos... Porque, assim, como eu te falei, como era um produto muito específico, a gente fez a pesquisa de quem vendia e as possibilidades de atas de registros de preços... Isso aí tu podes procurar em qualquer consórcio, tu podes procurar, como eu já falei, no banco, que não tinha. Isso é pesquisa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas daí a senhora chegou em três empresas para pedir um orçamento, uma cotação, uma vez que não estava no *site*.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim, foram as empresas que a gente encontrou, que tinham, que contemplavam esses materiais.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E daí você mandou um *e-mail* para essas empresas?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim, mandei *e-mail*.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E eles responderam o *e-mail*?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Responderam no *e-mail*.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E nós podemos ter acesso a esse *e-mail*?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Com certeza.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): *Ok.* Eu acho que seria uma das perguntas com relação a isso. E alguma vez, eu acho que é a pergunta do Ver. Giovanni Culau, se existia alguma maneira que alguma empresa entrou em contato direto contigo ou houve alguma pressão para comprar, com relação a alguma ata de preço ou algum contato nesse sentido.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, eu tenho 2 minutos e 5 segundos do meu tempo ainda para gastar. Essas perguntas são da Presidente ou são interpretações das perguntas do Culau? Só para deixar registrado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): São perguntas da Presidente.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): *Ok.* Outra coisa: eu vejo que tem muitas perguntas repetidas, a senhora não precisa responder aquilo que já respondeu.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Certo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu entendo os vereadores que trazem as perguntas de casa, provavelmente, ou são entregues pelos assessores, mas ouvi algumas perguntas aqui que já foram respondidas três vezes, então vamos tentar não... Não precisa responder isso. Desculpa, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Agora eu me perdi.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A pergunta que eu reforço, a pergunta do Ver. Giovani, é se alguma empresa, em algum momento, exerceu algum contato com a senhora para aderir a alguma ata, nesse sentido.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Tá, entendi. Não, eu nunca tive contato direto, assim, inicial com a empresa; a empresa nunca: “Ah, eu vou ligar para Mabel, vou mandar *e-mail* para Mabel”. Não, então não tive, assim, um contato, não era eu, buscar....

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Algum servidor, algum secretário?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É que geralmente, o que acontece? Quando as empresas querem apresentar um produto, elas ligam para o gabinete e agendam com a secretária, ou se a secretária não tem agenda, com a secretária adjunta, ou se é algo mais específico do pedagógico, assim, que, num primeiro momento, seja melhor uma avaliação do pedagógico, daí era a coordenação de gestão pedagógica, e assim que funcionava.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passo para o Ver. Moisés.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Três perguntas, e quero deixar claro, Presidente e relator, que, como eu represento uma bancada, alguma dessas perguntas veio dos meus colegas vereadores, que pediram para que eu faça. Adesão de ata é tratada como algo inédito, dentro das secretarias de educação? As escolhas técnicas existem, escolhas técnicas e pedagógicas para todos os itens? Canoas ou outros municípios, quais municípios a senhora tem conhecimento de aquisição desses mesmos tipos de equipamento? Quero deixar muito claro que as três perguntas, Presidente Mari e relator Mauro, vice-presidente Cláudia, são por que, na impressão deste vereador, que está falando, alguns colegas não têm noção do que é o Poder Executivo e não têm noção que

as aquisições, adesão à ata e questões de técnicas, passam por crivos coletivos. Acredito que alguns colegas precisam ter um conhecimento maior do Poder Executivo; por isso que a gente escolheu estas perguntas. Obrigado.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Bom dia, vereador. Então, a adesão à ata de registro de preço, ela é, acho que ela é realizada por vários municípios. É um procedimento legal, ele vem de uma licitação. Quando se diz “pegou carona”, eu acho que o pegar carona, eu, Mabel, acredito que o pegar carona, quando tu não tem um tempo hábil para tu poder investir, é preferível deixar o dinheiro parado ou investir? A licitação, ela demora; então, eu acho que foi uma alternativa; é uma estratégia que se utiliza, mas é um procedimento juridicamente legal que tem respaldo, que tem lei. O ano passado, como um dos vereadores aqui, acho que mencionou, não vou lembrar quem, que foi feito, que foi publicado um decreto alterando o art. 7º, que dá autonomia para o secretário fazer aquisição com ata de registro de preço e é uma decisão do secretário, eu acho que ele já está respaldado para fazer isso. Tu entende? Então, eu não vejo por que questionar a forma de aquisição. Quando se fala de contemplar as escolas e de verificar se as escolas têm interesse, eu concordo e discordo, em partes, tá? Qual era o processo? Existiam programas que foram implementados, existia um plano de governo, um plano da secretária. Esse plano foi sendo desenhado com os atores que estavam dentro da secretaria e, quando foram feitas as escolhas, eu acho que o corpo técnico e pedagógico da SMED, eles têm competência para decidir; e nem todos os objetos eram de desconhecimento das escolas. Eu mesma, quando fiz instrução das mesinhas, dos materiais esportivos, dos materiais pedagógicos e dos brinquedos pedagógicos, eu fiz formulário e mandei para as escolas. Eu fiz formulário e mandei para as escolas, porque eu queria saber, se a escola tinha espaço para receber aquele material, se a escola tinha necessidade, porque, se os senhores pegarem as planilhas – eu posso disponibilizar isso, sem o menor problema –, nem todas as escolas receberam, por exemplo, tabela de basquete. Tinha escola que não tinha necessidade. Nem

todas as escolas receberam mesa de pingue-pongue, porque não queriam, porque não tinham espaço, enfim. Mesas digitais, teve escola que optou por não receber – escola infantil, as fundamentais todas receberam. Mas, não: “a gente não tem interesse”. Aí, depois quando chegou, queria; só que não tinha, porque a gente comprou o quantitativo certo. Por quê? Porque essas mesinhas foram direcionadas para a educação infantil ter essa introdução na tecnologia. Então, eu primeiro perguntei lá na gestão pedagógica: quantos jardins nós temos? Quantas salas nós temos? Ah, se existe jardim A e B na mesma sala, vamos contemplar com uma mesinha só. Ah, tem espaço? Contempla com duas. A gente perguntou isso para as diretoras, e elas responderam. Então, dizer que não teve participação soa estranho. Quem não acompanha o trabalho, às vezes, não tem o conhecimento de como que essas etapas aconteceram, porque, dentro do processo, eu não vou fazer relatório de etapas, o processo foi instruído conforme a PGM e conforme aquele documento apresentado pelo Sr. Ver. Robaina, conforme a PGM, a listagem. Mas as etapas da pesquisa, as etapas de fazer o levantamento daquele material, isso tudo a gente não coloca lá antes no processo. Não sei se eu fui clara, não sei se era isso que o senhor queria saber. Ah, e sobre os outros municípios, sim, existem outros municípios que fazem a adesão, Canoas já fez a adesão, o governo do Estado já fez a adesão – que não é município –, São Leopoldo já fez adesão, Cachoeirinha. Isso aí a gente sabe.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Até, só para reforçar, no governo Marchezan, PSDB, do qual o senhor é líder, ocorreu, nos quatro anos, uma adesão à ata de registro de preços. Então só para dizer que aconteceu, mas foi uma só. E até reforçando, nos materiais que nós vimos, as instruções, a senhora começa uma pesquisa sobre as pracinhas que estavam indo para as escolas. E essa solicitação – me pareceu um projeto muito interessante – foi derrubada, e veio uma orientação para a aquisição da Edulab, que trabalha com brinquedos. Eu gostaria até de entender como é foi essa

pesquisa e de onde veio. Não precisa explicar sobre... Pode dizer o que eram as pracinhas e quem é que orientou para alterar essa programação de não adquirir mais pracinhas e partir para a Edulab.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Assim, vereadora, na verdade, as pracinhas fui eu mesma que fiz o levantamento, porque a gente sabia da necessidade de ter esses espaços qualificados nas escolas. Eu fiz todo o levantamento, fiz, inclusive, foi mais um processo que eu iniciei e que eu fiz esse questionamento para as escolas, eles já tinham até mais ou menos definido, mas, na ocasião, o secretário administrativo disse que não ia ter viabilidade. Agora, o porquê, daí vocês vão ter que perguntar para ele.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E daí foi orientado fazer a aquisição dos brinquedos da Edulab?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É, eu acredito que por questão orçamentária, porque a praça era um valor bem mais alto.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas daí esse mesmo secretário que orientou fazer a aquisição...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, a Edulab estava no banco de atas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas ela estava... Quem é que estava orientando essa aquisição dos equipamentos da Edulab, que estava no banco de atas?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, não teve... Como assim? Não entendi.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Um projeto foi derrubado por falta de verbas financeiras.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É, eu não sei, isso aí eu estou deduzindo, porque o valor das praças era bem maior.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas quem orientou para derrubar o projeto das praças e quem disse que o da Edulab poderia continuar?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Ah, sim, daí a gente não fez o processo das praças, e daí como eu já tinha conhecimento, durante pesquisas, de materiais pedagógicos... Dentro dessa lista dos materiais pedagógicos, não eram só joguinhos e coisas de sala de aula, tinha também alguns brinquedos, meio que assim, que contemplariam também algo de praça, tipo gira-gira, alguns desses brinquedos que as escolas receberam. Então, quando eu mostrei esse orçamento – esse orçamento não –, essa ata, daí foi viabilizado. Agora, a escolha, quem era o ordenador de despesa, era o secretário Mário.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O secretário Mário, então, que fez a orientação de passar de...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): ...uma aquisição de pracinhas para adquirir a do Lab. Muito obrigada.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Presidente, eu... questão de ordem. Em primeiro lugar, eu não entendi qual foi o seu objetivo de comentar as minhas perguntas sobre o governo de que eu fui líder nesta Casa. Em primeiro lugar, dispenso qualquer tipo de ajuda da senhora ou comentário sobre as

minhas perguntas, mas isso me abre uma oportunidade de dizer que sim. O nosso governo, eu tenho conhecimento... Com muito prazer, aprendi muito com os colegas aqui, liderando o Poder Executivo aqui nesta Casa, mas eu lamento que o nosso governo, o governo Marchezan, o governo do PSDB, tenha feito só uma adesão à ata. Eu gostaria que tivesse feito mais, porque a gente teria entregue mais. Sei que é um processo legal, conheço o processo, e, pelo Brasil afora, tem se demonstrado que ele é uma forma de não cair na burocracia que, por exemplo, o seu partido NOVO sempre propagandeia que é contra. Então, quero deixar registrado aqui que eu gostaria que a Secretaria de Educação tivesse feito mais aquisições, mais entregas, e não entendi o seu comentário, o que que uma coisa tem a ver com a outra. E quero aqui fazer um encaminhamento: que nós, após esta reunião, paremos de dar maus exemplos e que a gente faça uma reunião, porque eu acho que está ruim. Assim, a gente... Se a regra é três perguntas para cada vereador, eu acho que não existem dois tipos de vereador. Não tem subclasse de vereador e vereadores que podem falar de forma ilimitável e fazer com as oitivas o que bem quiserem. Vamos estabelecer uma regra porque, em nome dos eleitores, pelo menos, os que me colocaram aqui, eles não vão aceitar subclasses de vereadores. Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Questão de ordem também. É lamentável nós estarmos com uma testemunha neste momento, porque... Exatamente. Aprovar ou não um relatório de trabalho tira essas dúvidas com que nós estamos agora. E a senhora está vendo, Presidente, está faltando uma mão forte da senhora. Por quê? Porque está escrito aqui no plano de trabalho. E aqui eu estou sendo, inclusive, rechaçada por alguns vereadores, dizendo que eu quero só saber do rito. O rito é importantíssimo. O rito diz respeito à legalidade dos atos. E sim, já fiz muitos inquéritos, sindicâncias, investigações na Brigada Militar e jamais esqueci o rito, ao passo que colegas que não apresentavam o

rito, tinham criminosos, depois, sendo soltos. E se nós queremos ter uma solução dessa CPI e, realmente investigar e saber se tem alguma coisa errada, eu vou ser sua parceira; se teve alguma coisa errada, eu quero saber quem é, e vai ser culpado e vai responder a termo. Mas a senhora não pode, Presidente, fazer um bate-papo com a testemunha. Isso chega a ser um assédio moral.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereadora...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não, não é muito obrigada, deixa eu terminar. No plano de trabalho está escrito que depois de o convocado falar dez minutos, se desejar, tem a fala da presidente, as perguntas da presidente e do relator. A senhora está inferindo toda hora nas perguntas e fazendo questionamentos e fazendo justificativas. A senhora não tem esse dever, a senhora é tão vereadora quanto qualquer um que está aqui, que tem três minutos e três perguntas. Aqui é uma questão de ordem para que a gente tenha uma CPI que não tenha problemas, e a sua CPI tem tido problemas desde o início, vereadora. A senhora conduza da forma legal que aí não vai ter problema nenhum. O rito é importantíssimo e ato legal.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereadora. Um aparte ou questão de ordem?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É uma questão de ordem, porque a Ver.^a Nádia foi quem mais falou nessa reunião. Essa é a verdade.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): E ela quer impedir que a Presidente pergunte porque ela quer obstruir. E é muito importante que a senhora pergunte

porque a senhora domina muito o assunto, é muito importante. Eu, como vereador, reivindico que a senhora use, sim, muitas vezes a palavra para que a gente possa esclarecer uma suspeita claríssima de cartel numa concorrência da Prefeitura, e eu estou aqui querendo saber, de quem foi a organizadora, justamente, dessa concorrência, que responsabilidade que ela tem. Então acho muito importante que a Presidente fale e que não seja obstruída por vereadores que não querem investigar. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada. Passo a palavra ao Ver. Jonas Reis para fazer suas perguntas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente. Eu quero dizer para a senhora, Ver.^a Nádia: eu vou perguntar, eu vou inquerir, e a senhora vai ter que ouvir, tá? Se a senhora não tem pergunta para fazer, eu estou aqui para investigar, porque esse tumulto que a senhora faz no microfone, aqui não vai colar, tá? Aqui, não vai colar!

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então assim, primeira coisa, Sra. Mabel, agradeço a sua presença aqui, o chamado desta CPI. Eu, primeiramente, gostaria de perguntar para senhora, pois nós, na pedagogia, costumamos estudar Jean Piaget, e tem um livro chamado “O Juízo Moral na Criança”, e também “O Julgamento Moral na Criança”. Então minha primeira pergunta à senhora é a diferença que a senhora percebe entre ética e moral no que tange à construção do direito à cidadania, à formação do cidadão prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em segundo, eu queria lhe perguntar se a senhora tem trocado, trocou, se a senhora reuniu, foi chamada por algum assessor da Câmara de Vereadores, de algum gabinete nos últimos dias, logo

após a sua saída da Secretaria de Educação, bem como se a senhora teve algum tipo de reunião com a secretária Sônia após a saída dela da Secretaria. Outrossim, se a senhora tem conhecimento que alguns vereadores da base do governo têm livre trânsito ou não dentro da SMED, ou tinham à época da secretária Sônia, e se isso envolvia ou não os processos de compras de materiais. Também destaco aqui a minha pergunta para senhora: a senhora foi responsável por solicitar orçamentos para outros fornecedores, no caso da Sùdù, os livros do Inca? A senhora, do ponto de vista da legalidade, entendeu ser correto ou não se fez essas solicitações de orçamento, e se a senhora chegou a reportar esse fato, se ocorreu ou não, a alguma outra pessoa da equipe ou seus superiores? Também faço a seguinte pergunta: a senhora tem algum tipo de diálogo com o vice-prefeito Ricardo Gomes? Teve alguma reunião com ele, teve alguma notícia de que ele fez ou não solicitações específicas de compras à SMED? Outrossim, também sobre o Ver. Alexandre Bobadra e o Ver. Pablo Melo que estavam naquela foto com o Jailson, se eles chegaram a solicitar à SMED ou orientar algum tipo de compra de materiais ou produtos? E, por fim, lhe pergunto sobre como a senhora percebe, qual é a sua percepção desta compra de vários tipos de produtos, materiais que não têm uma relação fundamentada no plano político-pedagógico de cada escola. Cada escola tem o seu, tem os seus projetos, tem os seus desenvolvimentos, e muitas solicitaram outros tipos de materiais que até hoje o governo Melo não entregou. Então eu pergunto: por que vocês não consultaram o Conselho Municipal de Educação, não consultaram as escolas sobre essas compras e compraram materiais, digamos assim, em grandes levas. Então, agradeço se a senhora puder responder. Se não quiser responder, também está dentro do seu direito de ficar calada. Obrigado.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Obrigada, Ver. Jonas. Não, vou te responder, sim. Primeiro, sobre a questão da base do governo, de livre acesso à secretaria: todas as pessoas que eram recebidas na secretaria, eram recebidas

através de agendamentos, de solicitação de reuniões, tanto da base, quanto oposição – eu acho... –, ou tanto lá do próprio gabinete do prefeito, eu acho que isso não tem óbice nenhum. Certo? Sobre a questão do vice-prefeito Ricardo Gomes, eu nunca tive contato com o vice-prefeito Ricardo Gomes, nunca tive reunião com ele. As vezes em que eu vi o vice-prefeito foram em situações, assim, públicas, em eventos, em reuniões, quando a gente teve ali a força-tarefa que ele ficou à frente; depois, quando ele assumiu interinamente a secretaria, ele compareceu lá, que eu visse, uma vez só. Então, eu nunca tive relação, assim, mais próxima com o vice-prefeito. E muito menos com o Ver. Bobadra, que eu não conheço nem pessoalmente, e nem com o Pablo Melo. O Pablo Melo, eu só o vi também em evento, nunca o vi na Secretaria de Educação. Sobre a questão das PPPs, isso aí eu acho que é mais... Eu te digo que é mais correto até tu questionares, quando vier aqui o pessoal que prestava o assessoramento ali do pedagógico, para saberes por que não foram contemplados. Mas eu acredito que é como eu falei no início: a secretária tinha um plano de trabalho, um plano de implementar ali os programas junto com a equipe técnica e pedagógica da SMED. E eu acho que ela tinha essa autonomia também para decidir, junto com o grupo de trabalho, quais eram as aquisições que seriam realizadas. Mas eu acho que outras pessoas podem te dar melhor essas respostas. Acho que é isso. Faltou alguma coisa?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passo a palavra para o Ver. José Freitas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, não, não. Nós vamos terminar a rodada: Ver. José Freitas, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, Ver.^a Cláudia. Só um minutinho.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, sim. Vereador, com você a palavra.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Mari, professora Mabel, obrigado pela presença. Eu sempre digo, Presidente Mari, que seria muito bom se todos os vereadores passassem por uma secretaria, ou que fossem secretários, antes de passar por esta Casa, porque eu tenho a certeza de que muitas perguntas que são feitas aqui eles não fariam se soubessem como funciona lá. Quando eu fui secretário de Segurança, eu cansei de receber empresas para vender viaturas, moto, bicicleta, colete, Taser, todo tipo de armamento. Cansei! E quem decidia se ia comprar ou se não ia comprar era a equipe, claro, com a minha avaliação, com a avaliação do secretário sempre, com a anuência. A pergunta que eu gostaria de fazer para a senhora: na sua avaliação pessoal, a quantidade de material adquirida foi razoável, necessária, ou foi comprada em quantidade muito acima do necessário? Por exemplo, os Chromebooks, as mesas digitais interativas, as telas interativas, os conjuntos pedagógicos e os materiais esportivos. Era isso, Presidente.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Bom dia, vereador, obrigada pela pergunta. Em relação à avaliação do quantitativo, isso a gente sempre fazia o levantamento. É que depende do objeto agora. Por exemplo, como eu falei antes para os senhores, nos materiais pedagógicos e esportivos, a gente fez aquela pesquisa e os próprios diretores respondiam sobre a questão dos quantitativos, e, claro que a gente sempre coloca um percentualzinho a mais, bem pequeno, para ter uma reserva técnica, e até porque também teria a formação da escola nova. Tem material que já estava previsto para essa escola nova que vai ser inaugurada, ou se já foi inaugurada, eu não sei. Então sobre o quantitativo, a gente sempre fazia esse levantamento. Certo? Dependendo do objeto,

perguntava nas escolas e dependendo, por exemplo, os livros, eu acredito – isso o pedagógico, depois, vai poder responder melhor para os senhores, quando alguma servidora vir – era pelo quantitativo do número de alunos da escola, porque a SMED tem esse controle do quantitativo de estudantes, quantitativo de professores. Então, eu acho que o cálculo seria baseado nisso, mas, como eu lhe falei, depende do objeto.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver. José Freitas. Eu passo a palavra, desculpe, Ver.^a Tanise, a primeira é a Ver.^a Cláudia, eu me atrapalhei aqui na ordem.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Tudo bem, Mabel? Seja bem-vinda. Eu queria reforçar a tua fala, tu já falaste sobre isso, que as escolas da rede municipal tiveram participação, elas foram consultadas, porque a gente ouviu durante todo o início da CPI que as escolas receberam além do que poderiam receber, que não tinham locais adequados para armazenar, mas elas sabiam. Eu queria que tu me reforçasses, elas sabiam o que iam receber e que teriam que fazer esse armazenamento adequado. Não foi uma coisa assim que chegou de surpresa nas escolas. Depois, tu me respondes, tá? Eu queria só que tu me reforçasses com relação a isto: se elas tiveram essa consulta e se elas sabiam que iam receber. Depois, eu queria te perguntar se tu sofreste algum tipo de pressão dos teus superiores, para que fosse feito algum tipo de descumprimento de orientações internas da Prefeitura, pela PGM, as orientações de controle de compras, teve algum ato que tu tiveste que fazer de forma que tu não gostarias que acontecesse? Para encerrar, a minha terceira pergunta: eu gostaria de saber se a senhora crê que houve sobrepreço na adesão à licitação da Codanorte ou da Prefeitura de São Leopoldo? Muito obrigada.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Obrigada, Ver.^a Cláudia. Sobre a consulta, é como eu havia falado antes: os processos que eu instruí eu fiz consulta, porque

dependia de espaço também nas escolas. Então, esses equipamentos, com certeza, os diretores tinham ciência, certo? O dos livros, eu não tenho certeza, eu sei que o da Sustentabilidade não perguntei, foi uma decisão de compra e não perguntei para as escolas. Não sei te informar... Não sei te informar, não; sei te informar sim, eles não sabiam dessa aquisição. Realmente, foi uma surpresa quando eles receberam, eu acho que na hora da entrega, porque, nas reuniões pedagógicas, a própria gestão pedagógica fez a informação dessas aquisições, inclusive de agendamento prévio já de formações. Então, não foi assim uma surpresa. Talvez a surpresa de recebimento, de entrega, do dia certo, específico, enfim. Mas sabiam que iam receber.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Quais foram esses equipamentos que a senhora está falando aí da Sustentabilidade?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Isso.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O que seria o Sustentabilidade?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Os livros, o Conexão aquele... Aquela... Só que o Conexão, ele não foi entregue...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não foi entregue.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: O Conexão, ele está lá no depósito da La Plata, porque ele seria entregue em 2024. Seria, não, deve ser entregue em 2024. Eu digo assim em relação àquele de educação financeira e tudo o mais, mas é como eu falei, esse processo não fui eu que fiz a instrução. Então...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sim. A pergunta é só que elas estavam cientes.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: De alguns equipamentos, sim. O que mais...? Ah, a pressão sobre superiores Não, não sofri nenhuma pressão. Não tive nenhuma pressão, assim, de chefia, de... Não!

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não foi orientada a fazer nada que estivesse ilegal.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, não. E jamais eu faria. Era isso, né?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não. A terceira era com relação a sobrepreço.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sobrepreço?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sim.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Repete para mim, Cláudia, que eu não...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Da adesão à licitação de São Leopoldo e a...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: São Leopoldo é a das telas?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Isso.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu não fiz a instrução das telas. Eu não sei te dizer.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Está bem. Obrigada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, era fiscal de serviço, não de contrato. Só da entrega.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Agora, sim, Ver.^a Tanise Sabino.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Está escutando? (Pausa.) Bom dia. Eu tenho duas perguntas. Na verdade, a primeira seria mais em direção à Mesa, e a segunda à servidora Mabel. A primeira pergunta, mais em direção à Mesa, não sei se ao Ver. Mauro Pinheiro, ou à Ver.^a Cláudia Araújo, ou à própria Presidente poderia me auxiliar nessa resposta. Eu gosto muito de observar e eu tenho observado que a cada pergunta que os colegas vereadores fazem aqui, a Presidente desta comissão faz um comentário; ou a cada resposta da Mabel, a Presidente faz um comentário. Então, a minha pergunta é se esse é o rito correto, se está certo a Presidente desta comissão ficar fazendo comentários repetidamente. E a pergunta dois, então, para a servidora Mabel. Quero te perguntar o seguinte: por que é que se investe em educação digital, em ensino digital? E a senhora, como servidora pública, professora, enfim, técnica dessa área, qual é a relação entre investimento na área digital, inclusão digital, e se existe uma relação com a redução da evasão escolar, e se tem melhoras nesses índices de ensino. E qual a tua percepção, não sei não sei se tu tens isto claro também, qual a tua percepção da qualidade do ensino de Porto Alegre antes de 2021, e agora, 2021, 2022, 2023? Se tu entendes que, com esses livros, enfim, Chromebooks, se mudou, ou não? Era isso.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Obrigada, Ver.^a Tanise. Investir em educação digital, em letramento digital e em ferramentas, eu acho que é a questão da inovação, né? Hoje em dia, a gente não poderia mais ficar só no giz, no quadro, no livro didático, somente nisso, né? Eu acho que são ferramentas importantes que vieram a qualificar a educação, que vieram até, inclusive, otimizar os processos. Mas sobre a relação assim de como que isso repercutiu, como que isso impactou na educação de Porto Alegre, a gente vê pelos índices. Foram feitas algumas avaliações já desde que esses programas foram implementados, e eu não tenho os dados aqui, até porque eu já não estou mais trabalhando na SMED, mas eu soube, sim, que teve uma melhora, uma avaliação diferenciada, quando os estudantes iniciaram o ano, e, agora, a avaliação diagnóstica que foi feita na metade do ano. Isso eu ainda consegui acompanhar. Então, houve, sim, uma mudança em relação a isso. Sobre a evasão escolar, eu já não sei te dizer, mas eu acredito que, claro, com a tecnologia chegando nas escolas, as aulas, além de serem mais qualificadas, elas são mais atrativas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, Mabel. Já deixo também aqui registrada a sua colocação também para a Mesa, Ver.^a Tanise Sabino. Passamos agora para a Ver.^a Comandante Nádia, depois o Ver. Tiago Albrecht.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada. Bom dia, Mabel. Quero te perguntar o seguinte: no teu entendimento de professora, de técnica na área de educação, a avaliação dos produtos, a escolha, a instrução dos processos, a compra e a entrega dos produtos que tu tiveste envolvimento estão dentro do rito necessário de uma licitação, estão corretos dentro da legalidade, ou não? Primeira pergunta. Segunda pergunta: se não estivessem, em caso negativo, se não estivessem, a senhora estaria, efetivamente, fazendo a denúncia de algum erro nesse processo todo? E a terceira pergunta é a respeito da compra dos brinquedos pela adesão à licitação do Codanorte: houve um preço através

dessas atas, sobrepreço, um preço maior do que no mercado particular, privado, ou os brinquedos estavam numa média interessante ou menor do que está sendo vendido no mercado? Obrigada, três perguntas em 1min20s.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Obrigada, Comandante Nádia. Bom, a respeito da avaliação dos produtos, da escolha, o rito, ele foi cumprido conforme a legalidade. Eu acredito assim que não teve nada que não tivesse sido instruído com orientação da equipe técnica jurídica da SMED, eu acredito que todas as etapas foram cumpridas. A respeito dos brinquedos, eu te digo que não houve sobrepreço, porque a gente fez a pesquisa, a gente fez pesquisa de ata de registro de preço e, claro, se tu vais orçar, é aquilo que eu falei, se vai comparar com outras empresas, daqui a pouco é diferente o valor, até pelo quantitativo, enfim. Mas, entre atas de registro de preço, não teve sobrepreço nenhum. E sobre a questão de, se eu tivesse visto alguma coisa errada, com certeza eu não faria. Agora, não sei se eu iria denunciar, se eu iria me exonerar, mas eu não iria fazer nada que não fosse ético e moral.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Só para fazer uma colocação. Nessa resposta que tu deste para a Ver.^a Comandante Nádia, tu comentas que todas as comparações eram feitas com ata de registro de preço, mas, no caso da Sùdù, foi feito por meio de orçamento e cotação. Como ficava designada essa decisão de quando seria comparar com outras atas, e quando seria comparar com orçamentos ou pedir cotação?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu posso te responder, Mari, é que, se não existe ata vigente no mesmo período, se não existe outra, aí a gente tem que fazer a cotação com empresas que forneçam o mesmo produto. A orientação jurídica da assessoria técnica era sempre fazer o comparativo entre atas, mas que daí, claro, tu podes acrescentar uma pesquisa de preço de mercado também, ou, caso não exista... Ah, existe uma lá, mas que venceu em 2021, ela

já não vale para equiparar, entende? Então, como não se conhecia, não havia, foram feitos os orçamentos com empresas que vendiam o mesmo produto.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ok, obrigada. Passo agora a palavra ao Ver. Tiago Albrecht.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Sra. Presidente. Bom dia à senhora, aos demais integrantes da Mesa. Bom dia, Sra. Mabel Luiza Leal Vieira, seja bem-vinda a esta Casa, obrigado por colaborar com esta comissão de inquérito. Bom dia também aos demais colegas vereadores, equipes, assistência, pagador de impostos que nos acompanha a partir do YouTube e das redes sociais desta Casa. Sra. Mabel, para a gente entender um pouco mais do processo técnico, que é mais ou menos onde há uma desconfiança a respeito das aquisições, eu vou fazer algumas perguntas – me parece que está sendo feito tudo, a senhora anota e depois responde –, eu vou fazer as minhas perguntas e aí eu encerro. De quem foi a decisão de aderir às atas de registro de preço da Astral, Inca e Sùdù? A senhora tinha conhecimento que a empresa Sùdù fornecia produtos da empresa Inca Tecnologia? Essa aquisição fazia parte do projeto SAEB, que foi pauta da reunião com o Sr. Jailson, em 9-3-2022, 6 dias após a posse da ex-secretária Sônia? A senhora sabia que a World Solutions e a Editora Verde possuem conexões com a empresa Inca? Próxima pergunta: no dia 14 de setembro do ano passado, a servidora Marina Madrid contactou a empresa Livraria Mais na tentativa de utilizar uma ata de registro de preços do próprio Município, mas a empresa Inca negou a possibilidade, informando que negociava somente com o poder público. Essa resposta não chamou a atenção da senhora, considerando que as empresas Sùdù, World e Editora Verde fornecem justamente produtos da Inca? Você sabe quem na Secretaria Municipal de Educação mantinha contato com o Sr. Jailson? Era algum servidor, era o adjunto Mário, a própria secretária Sônia? Por qual motivo os materiais pedagógicos precisavam ser da empresa Inca, não existem

outros materiais similares no mercado? E essa pergunta eu faço no contexto da adesão de ata, para acelerar o processo, especialmente quando não há concorrência no mercado. A testemunha Jailson, sentada na cadeira onde a senhora está, em seu depoimento disse que a equipe técnica da Inca falou com a equipe técnica da Educação. Você tem conhecimento dessas reuniões, em que momento ocorreram?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, para concluir.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Para concluir. A testemunha Jailson relatou em seu depoimento que a escolha e compra de um livro depende da análise técnica do produto, por exemplo: gramatura, número de páginas, cores, etc., etc. Esses materiais, esses requisitos sobre os materiais, a senhora levou em consideração na sua análise técnica? Por que não constam nos processos administrativos esses estudos e essas análises? E, por fim – baseado nas respostas anteriores –, se a senhora não tinha poder de decisão, se a senhora não sabe quem tomou, por que a senhora foi contratada como assessora técnica pedagógica? Muito obrigado, Sra. Mabel; muito obrigado, Sra. Presidente.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Antes de a Mabel responder, eu só queria trazer para o Ver. Tiago, que chegou depois do horário, chegou um pouquinho depois e não viu que nós discutimos aqui, que foram indicadas três perguntas...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Tem no YouTube, Sra. Cláudia, eu estava assistindo pelo YouTube.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Então o senhor está descumprindo o que nós aprovamos, porque são três perguntas em três minutos. Obrigada.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Pena que não foi cumprido por todos, então, porque eu escutei bastante gente...

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereadores, vamos... Nós temos uma servidora aqui que está falando conosco, vamos manter o trabalho. Obrigada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Jonas, obrigada. Sra. Mabel, a palavra é da senhora.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Obrigada. Bom dia, Ver. Tiago. São várias perguntas que o senhor fez. Sobre as questões relacionadas à Inca, a questão dos contatos que o Jailson fez, que a empresa fez, enfim, realmente, eu não tenho como lhe dizer, tá? Eu não instruí os processos das outras coleções, eu não participei dessas reuniões, então eu não vou lhe responder aquilo que daqui a pouco vai se tornar uma dúvida, né? Vai colocar em dúvida; então, eu acredito que as pessoas que virão depois poderão te esclarecer melhor a respeito disso, certo? Deixa eu ver... Sobre a questão de eu não ter poder de decisão, o meu cargo não era de poder de decisão, era de contribuição; eu não era chefia, eu era assessora técnica, então eu assessorava, eu contribuía, e eu acho que, dentro do...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Qual material didático, dos livros?

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): (Manifestação fora do microfone.)
Sobre os critérios técnicos...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Os critérios técnicos.... Ah, sim, o senhor perguntou sobre os critérios técnicos. Exatamente, a análise técnica foi toda realizada pela equipe pedagógica da SMED, as pessoas que se envolveram nessa análise. Eu só entrei em contato com o da Sustentabilidade porque eu fazia parte do núcleo de sustentabilidade, eu tive o interesse de visualizar, de analisar, e fiz as minhas contribuições. Agora, a decisão de compra, a qualificação de todo o conteúdo ou da própria edição do livro, isso ficou, esses critérios foram avaliados pela equipe pedagógica e pelos secretários. Não sei se eu te respondi tudo?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, o senhor pode falar aqui no microfone, até para ficar registrada a pergunta! Não, vamos...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Vereadora Cláudia, permite eu falar?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Se o senhor estiver dentro do regramento, com certeza.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bem, obrigada, vereadora.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Tu querias saber se tinha dentro do processo? Termo de referência!

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, a questão do... Porque não há... Os requisitos não estão anexados, simplesmente foram comprados, por isso que

eu perguntei por que que a senhora foi contratada, porque não está nos autos, quer dizer...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu fui contratada para ser assessora técnica, eu não fazia só instrução de processo, vereador.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, justamente, não tem insumos técnicos na compra; então o seu trabalho não foi anexado, provavelmente...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Mas não fui que fiz avaliação, vereador.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Mas a senhora não era...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: A gente coloca... Não, eu não fiz avaliação, eu não era do grupo pedagógico, eu era assessora técnica no gabinete, eu não trabalhava no setor pedagógico.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Então a senhora não contribuiu com o...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu contribuí... Foi como eu lhe disse, eu contribuí só para o Conexões, porque eu fazia parte do núcleo de sustentabilidade; eu fiz questão de olhar, de fazer as minhas contribuições, mas a decisão final não é minha.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): A decisão não é da senhora. Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Acho que ela... Chegava direto do núcleo da pedagogia a orientação para aquisição, para servidora Mabel, é isso?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então não era ela que dava início com a pedagogia.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Só uma pergunta, que eu fiz bastantes, e eu peço desculpas se eu não cumpri então o regramento, mas eu só reitero esta, Sra. Mabel: a senhora sabe quem, na Secretaria de Educação, mantinha contato com o Sr. Jailson? Servidor, secretário adjunto ou secretária? Obrigado.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu acho que o contato, como eu falei lá no início, de todas as empresas, os contatos são feitos pelas empresas com a agenda da secretária. Agora, vínculos, eu os desconheço.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Nós vamos fazer agora uma nova leva de perguntas e nós temos a primeira pergunta da Ver.^a Biga Pereira.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Muito bem, servidora Mabel. Eu estou acompanhando seu raciocínio, suas respostas e confesso que ainda tenho muitas dúvidas. Eu queria voltar alguma. Quando a senhora fala que foram feitas várias pesquisas, em nenhum momento a senhora viu nada de estranho, não reportou para ninguém nenhum fato de que estava estranho as empresas entregarem o orçamento e aí não levar em conta a questão da vantajosidade e receber do Sr. Jailson um orçamento muito mais caro que dos outros orçamentos? A senhora não achou estranho, não reportou isso para ninguém? Quando a senhora disse aqui que decide em grupo, em um grupo, em um GT maior, há registro dessas decisões? Há uma ata? Como foram registradas as

decisões desse grupo a que a senhora se referiu? Aqui, a senhora fala também sobre as telas interativas, a senhora assinou um contrato de fiel depositária das telas interativas? Faltava espaço nos depósitos da SMED para o recebimento desses materiais ou existia uma pressão para acelerar o pagamento dessas telas? A senhora, como fiscal de contrato, a senhora era fiscal de contrato da questão tecnológica, certo? Fiscal de contrato das telas interativas. As mesas interativas, têm um termo de referência dessas mesinhas digitais que não foi assinado? Quem redigiu esse contrato, esse termo de referência? Quem eram os seus contatos nas empresas das mesinhas e brinquedos pedagógicos para ajustar essa documentação de adesão de atas? Eu gostaria que a senhora, para concluir, citasse os nomes dos responsáveis e como eram realizados esses contratos.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Obrigada, Ver.^a Abigail. Bom, sobre a questão das telas interativas, vou começar por aqui. Assinei como fiel depositária, como é que eu vou te dizer, assim, pelo equipamento, exatamente para a segurança daquele equipamento. Eram várias telas, era um equipamento caro, e não tinha como acomodar nos depósitos, eu acredito que tenha sido essa decisão porque a gente fez, então, essa acomodação nesse outro depósito. Eu acho que daí, daqui a pouco, a secretária ou o secretário Mário podem te responder melhor sobre isso.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): A senhora acha, e só por achar, assinou como fiel depositária?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não, não é que eu ache.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ou alguém lhe orientou?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim, exatamente.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Quem?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu não lembro exatamente como é que foi essa situação, mas eu lembro, sim, que a gente precisou fazer essa acomodação dessas telas num local mais... Eu acho que por segurança, enfim, mas, sim, assinei, assinei o processo.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Foi orientada por quem para assinar? Eu não entendi ainda.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu acho que foi pelo secretário Mário, acredito que tenha sido. Sobre a questão do termo de referência, dos trâmites do processo, vereadora, eles passam pelo setor jurídico, não sou eu que defino os encaminhamentos, então eu acho que tudo isso tem respaldo junto com o setor jurídico, a questão que a senhora fala do termo de referência.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): À Procuradoria a senhora se refere?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Assessoria técnica da SMED, que tem ali a assessoria jurídica, porque sempre passa pela assessoria técnica, e, dependendo do processo, daí eu desconheço o fluxo, mas eu sei que passa ou pela PMS 03, que é a Procuradoria, ou PMS 09, se eu não me engano. Eu não sei o fluxo, daí eu não posso te garantir para onde vai, qual objeto é; mas eu sei que passa, sim, pela PGM. Mais alguma coisa que eu esqueci?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu posso, para tentar entender... O termo de referência não vem... Quem é que...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Quem instrui o processo constrói o termo de referência.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então tu que fazias o termo de referência?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então quando não tinha o termo de referência é porque pulou alguma etapa?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Oi?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Alguma dessas não tinha termo de referência. É isso, vereadora? Eu estou tentando entender.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Isso. O termo de referência...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Qual?

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Com a das mesinhas interativas, as digitais. Como é, quem eram os seus contatos? Quem redigiu esse termo de referência?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não. O termo de referência a gente constrói com aquele objeto que se quer adquirir, e a gente faz toda, coloca ali toda...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Mas ele não foi assinado.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Mas ele não é... O termo de referência não é assinado.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Não é assinado.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sei, sei. Quem redigiu esse termo de referência?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: O das mesinhas?

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ahã.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Fui eu.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Foste tu?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Ahã.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): E os contatos que tu tinhas das mesinhas, para ajustar essa documentação da adesão de atas?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Vereadora, o contato das mesinhas, quando eu fiz a pesquisa no banco de atas... Quem, assim, atende no banco de atas te diz quais são as atas disponíveis daquele material que tu queres adquirir, certo? Eu não tinha o contato direto com a empresa no início do processo. Quando tu tens uma ata de registro de preço, tu tens um órgão gerenciador e tu

tens uma empresa que foi a vencedora. O que a gente faz: a gente entra em contato, pedindo anuência, daí eles vão dizer se aquele quantitativo eles vão ter para te atender, vão te dar o retorno e aí começa a questão de solicitação de documentos. Então, a gente manda, a pessoa que está instruindo envia para a empresa a solicitação, e a empresa envia dentro do *e-mail* institucional.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Qual é o nome da pessoa da Brink?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: De qual?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O nome da pessoa que você tinha contato... A Brink é a empresa que ganhou...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: A Brink é a empresa. Era... Para aí, deixa eu me lembrar. Eu tenho aqui anotado. (Pausa.) Da Brink? Mesinhas, materiais pedagógicos... Da Brink era o Sr. Ciríaco.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sr. Ciríaco, então, era o contato como vendedor da Brink. *Ok.*

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): E a senhora tinha o conhecimento da relação entre esses sócios da empresa Edulab e da Brink?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Não.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Até para explicar, quando nós fomos aos depósitos, vinha na mesma embalagem, então...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Por isso a pergunta.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Ah, sim. Entendi.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Entendeu?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Entendi. Mas eu não sei, eu não sei te dizer. Aí não é da minha competência.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora, está contemplada?

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sim, até porque a CPI é para isso, não é? É para a gente perguntar. Não esclareceu, pergunta de novo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Não é para discutir a educação pedagógica. Eu sou psicopedagoga, viu, Cecchim? Eu sei do que eu estou falando, eu sei o que eu perguntando.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Roberto Robaina, com você a palavra.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): É porque eu estou achando o jogral bem montado.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Servidora Mabel, como a senhora sabe, o centro nosso é justamente sobre um processo específico, instruído pela senhora, que foi justamente a coleção Conexão, educação ambiental e sustentabilidade, e foi aí que venceu a Sùdù. Aproveito, Presidente Idenir Cecchim, que preside a outra CPI, pois nós inclusive já passamos o prazo para que o governo forneça para a Comissão Parlamentar de Inquérito os documentos referentes à Sùdù, a essa concorrência específica, já passou, foi 7 de setembro, levando em conta que foi feriado, 8 de setembro era o prazo para o governo apresentar essa documentação requisitada pela CPI presidida pelo Ver. Idenir Cecchim. Então têm temas para que, evidentemente, a gente necessita ainda ter esses documentos, entre eles o tema da Procuradoria. Porque, por informações que eu tenho, não foi a Procuradoria que deu *ok* em relação à dispensa do registro. O que nós temos na questão do registro de preços foi uma posição da Secretaria de Educação, não da Procuradoria, mas isso é um tema secundário e não diz necessariamente respeito à senhora. Aliás, a senhora disse, e eu queria, na verdade, ter essa confirmação, que as decisões em relação às empresas vencedoras foram da secretária. Essa é uma pergunta muito importante que eu gostaria de ter, eu acho que a senhora falou isso, mas eu gostaria de ter claro se foi assim mesmo, se a senhora tem essa posição que a decisão foi da secretária, especificamente em relação ao processo instruído pela senhora mesma. E se, como a senhora foi quem pesquisou as empresas, se a senhora enviou propostas e orçamento para quantas empresas, porque uma das questões que justamente nos chama atenção é que são poucas empresas que participaram. Então nós gostaríamos de saber, eu gostaria de saber, se a senhora enviou esse processo e esses pedidos de orçamento para quais empresas e quantas empresas. Por fim, servidora Mabel, eu queria saber se a senhora não recebeu instruções por *pen drive* ou por materiais em envelope. Isso é muito importante que a CPI saiba: como a senhora recebeu suas instruções, se recebeu também por *pen drive* e envelope. E se puder nos dizer que instruções são essas.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Certo, Ver. Robaina. Então, sobre a questão das decisões que o senhor pergunta, como eu já tinha dito e vou falar novamente, não era uma decisão solitária, a secretária Sônia tinha dois secretários adjuntos e ainda todo um corpo técnico-pedagógico para fazer as colaborações. Então acho que não tem uma decisão solitária, era uma decisão de gabinete, eu acho que são três secretários que respondiam pela pasta. Sobre a questão das propostas de orçamentos dessas empresas, foi como eu tinha dito quando eu falei sobre a questão da instrução da Súdù, a gente faz pesquisa, o objeto tem que ser o mesmo. Então as empresas que surgiram durante essa pesquisa, o resultado dessa pesquisa, é que foram contatadas, e foram contatadas por *e-mail*, feitos orçamentos e tivemos o retorno, que foram aqueles *e-mails* que eu falei que eu tenho, inclusive, como colaborar e encaminhar para os senhores.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Três empresas. São aquelas que estão no processo.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): São só essas três empresas que foram procuradas?

SRA. MABEL LUIZA LEAL: Isso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ok.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não lembro todas, está no processo. E não tive nenhuma instrução, nada assim, para fazer de documento, de envelope.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nunca recebeste material por *pen drive* ou por envelope?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de reforçar essa pergunta do Ver. Roberto Robaina com relação a existir... Não se a senhora teve acesso na sua pessoa, mas se você viu, dentro da Secretaria de Educação, algum material sendo entregue por envelope ou algum *pen drive* sendo entregue a algum dos servidores, com relação a alguma aquisição, alguma orientação de compra, sendo essa aderida ou não. Se alguma vez a senhora viu algum outro servidor na volta do almoço, algo nesse sentido?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nunca teve acesso a *pen drive* nem a envelopes?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Está bom, obrigada.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, primeiro eu queria cumprimentar os assessores, principalmente os assessores da imprensa; vocês, vereadores, têm que valorizá-los muito, porque acabaram os vereadores aqui sendo ventríloquos dos seus assessores. Estou falando isso para valorizar o assessor, enaltecer o trabalho que eles estão fazendo. Segundo, eu queria

cumprimentar o jogral que estão fazendo aqui, treinados; o único que destoou foi o Ver. Tiago, que, no fim de semana, tinha outros afazeres e não pôde treinar o jogral. Então, o jogral foi muito bem feito aqui. E dizer, professora Mabel, a senhora não se preocupe com tantas perguntas repetidas. Por quê? São preparadas pelas assessorias em casa. Eu não tenho nenhum assessor aqui, não é porque eu saiba, é porque eu acho que eu tenho que prestar um serviço daquilo que eu entendo, daquilo que eu sei, e não ser alimentado a cada minuto por um assessor. E, por isso, estou valorizando os assessores que fazem parte e que ajudam os vereadores desta Casa, porque eles, sem esses assessores, eu não sei como o jogral funcionaria. Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Passamos a palavra para o Ver. José Freitas. Vereador, é a sua vez.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora Comandante Nádia, então.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Bom, primeiro, eu quero dizer que é lamentável vereadores aqui não saberem sobre o rito de uma compra de material pelo Executivo. Gostaria que esses vereadores, assim como falou o Ver. Freitas, pudessem ser secretários e entenderem que o Termo de Referência é a primeira coisa que se faz, quando se quer comprar alguma coisa. Não se compra nada do além e imaginário; tem que se colocar no papel o que se quer comprar, através do Termo de Referência, e esse é uma descrição muito minuciosa do que se pretende comprar. Então, é lamentável vereadores não terem esse conhecimento aqui, que é o básico para que os vereadores possam fazer perguntas, inclusive fiscalizar o Executivo. Eu tenho duas perguntas a Sra. Mabel, professora. Primeiro, eu quero...

VEREADOR JONAS REIS (PT): (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Sim, porque são três, Jonas, eu não sou desorientada como tu. Primeira pergunta: Eu quero saber se a senhora tem conhecimento sobre alguma decisão do TSE a respeito das telas interativas? Segunda: Saber se na Secretaria de Educação existe um parecer a respeito de adesão, um parecer referencial que faz com que a adesão possa ser comprada imediatamente. E, lembrando aos vereadores que não conhecem o Executivo, de que nas secretarias existem setoriais da PGM que trabalham dando toda a legalidade dos atos. No caso da Secretaria de Educação é o Dr. Roberto Mota. Muito obrigada. Um minuto e 35 segundos.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Obrigada, Ver.^a Comandante Nádia. Sobre a questão da decisão do TCE, eu não tenho conhecimento porque eu não fiz a instrução da parte das telas. Eu acho que o pessoal que instruiu, a servidora Melissa Machado, que era gestora da tecnologia poderia te responder melhor a respeito disso. Sobre o decreto e sobre o setorial da PGM, foi aquilo que eu já comentei, existe um decreto que viabiliza a aquisição por adesão de ata de registro de preço...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Isso. E sim, o setorial é o Dr. Roberto Mota, que fazia todas as orientações, quando a assessoria técnica solicitava também, porque há questões que têm que passar pela PGM. Isso era encaminhado, eram etapas do processo, então se a PGM fizesse solicitações, elas voltavam para quem está instruindo e a gente seguia as orientações, conforme as decisões do procurador.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu acho importante a gente reforçar, porque o que está gerando dúvida é que o início da adesão à ata da tela interativa é num *e-mail* que consta a sua assinatura. Então eu gostaria de confirmar. O início da adesão à ata das telas interativas, elas começam com a senhora e não com a servidora Melissa?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Porque assim, a gente, e eu assim, às vezes, tanto nas telas quanto nas mesinhas, tu podes ver que tem despacho da Melissa também no das mesinhas, a gente às vezes se ajudava. Então só eu vendo, Mari, eu não vou lembrar desse, mas eu posso dar esse retorno depois, se for preciso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): *Ok*, e com relação às telas também, Porto Alegre pagou um preço mais alto devido à questão da garantia, que eram 36 e não 12, como estava previsto no início do processo de Porto Alegre, e com relação ao rastreamento da segurança.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Se tu puderes explicar.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu não sei explicar, isso tem que ser com a Melissa mesmo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Melissa nos explicaria porque a gente pagou a mais para ter esses dois itens.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Acredito que a Melissa teria como te responder.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E quando vinha uma orientação como essa, ela chegava como para ti essa orientação: “Vamos tomar essa decisão, Mabel”? Porque aqui nós contamos só com a tua assinatura e com teus *e-mails*. Eu não vejo a Melissa aqui da maneira formal. Isso chegava via Melissa te orientando, um secretário, uma secretária te orientando, quem é que tomava... Quem te falava: “Mabel, é esse o caminho”?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É que é assim, como a gente tinha aquelas reuniões com os coordenadores, a gente tinha as reuniões periódicas com os coordenadores de projetos, inclusive eu era parte de um dos projetos, que era o da plataforma. Então, a gente conversava muito e fazia essas trocas. Como eu tinha o conhecimento, a gente se ajudava nesse sentido. Inclusive, no das mesinhas, foi a Melissa que me ajudou no Termo de Referência, e quando passou pelo CETIC Estratégico e pelo CETIC Técnico para fazer aquela avaliação lá do planejamento, para definir se realmente tinha viabilidade, enfim, porque passa por isso. Mas, na questão das telas, eu vou te dizer assim: eu não me lembro bem, está? Eu posso verificar isso, mas a decisão nunca é tomada pelo servidor que está instruindo o processo, a decisão, como eu falei antes, a decisão é uma decisão de gabinete, tem três secretários, não é? E nós não somos ordenadores de despesa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então a orientação de aderir àquela ata, mesmo com esses requisitos que faziam ela ficar mais cara, veio de algum dos três secretários?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu acredito que os ordenadores de despesa que podem responder, que seria o secretário Mário e a secretária Sônia.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Alguma vez você teve alguma orientação, ouviu alguma orientação do secretário Alexandre Borck?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ele nunca esteve presente na SMED quando você estava presente?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Eu já o vi na SMED, mas nunca tive reunião com o secretário Alexandre.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Alguma vez você ouviu alguma orientação que veio do nome dele?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nenhuma orientação?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, Presidenta, obrigado pela palavra, e tenho aqui algumas questões. A primeira, Sra. Mabel: passou pelas escolas a consulta sobre mais dois mil livros do Aventura na Leitura? Segunda pergunta: Se todos os processos, as 11 atas, passaram pela senhora, e as escolas foram consultadas desses processos em andamento, desse gasto que seria feito, se coadunava ao projeto pedagógico das escolas? E por último: a senhora tinha conhecimento que 70% da rede das escolas, das 99, tinham problemas na rede elétrica que não suportavam a quantidade de equipamentos que estava sendo comprada? A senhora tinha ciência disso? Obrigado.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Obrigada, Ver. Jonas. Então, eu vou, novamente, responder que a questão dos livros do Aprender Mais, do quantitativo dos livros, não fui eu que fiz a instrução desse processo. As escolas não foram consultadas, pelo menos no do Conexões, as escolas não foram consultadas. O do Aprender Mais, aqueles outros de empreendedorismo, de educação financeira, não fui eu que fiz a instrução desses processos. Então, eu acho que teria que ser alguém da assessoria pedagógica. Se todos os processos foram consultados, esses 11 processos que o senhor cita, nem todos foram instruídos por mim. Eu instruí poucos processos. Então, os que eu fiz a instrução, eu fiz a consulta, sim. Tenho os formulários, tenho as planilhas com as respostas desses diretores. Inclusive, quando nós fomos chamados ali pra fazer a força-tarefa, eu entreguei todos esses documentos para a secretária Melissa, que era a secretária administrativa interina, esses quantitativos estavam corretos, conforme a solicitação das escolas. Não foi gasto a mais ou comprado a mais. A reserva técnica é insignificante, se a gente fosse dizer assim... Não era para sobrar material. Tanto que o material esportivo, os brinquedos, as mesinhas foi bem o quantitativo que as escolas solicitaram, nem teve reserva técnica. Sobre a questão dos problemas de rede elétrica, eu não trabalhava no setor administrativo, Jonas, então, assim, eu não tinha essa ciência, eu não sei responder essa pergunta, eu realmente não sei. Quem acompanha isso é o setor administrativo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu tenho uma pergunta, até porque a gente já está no adiantado a hora: Com relação às telas interativas, alguma vez a senhora teve contato com o Sr. Marcelo Mallmann ou com o Sr. Cliver?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Nas telas...? Sim, sim. Eles eram da Smart, não eram?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exatamente, da Smart. Você teve contato com eles como sendo representantes da empresa Smart?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Mas contato, assim, pessoal, assim...?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, não. *E-mail*, mensagem com algum tipo de contato? Alguma vez eles chegaram...

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Acredito que sim, por *e-mail* alguma coisa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Tanto o Sr. Marcelo Mallmann como o Sr. Cliver?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Agora não me lembro se era o Marcelo Mallmann esse... mas eu acho que Cliver não me é estranho.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Cliver não é estranho?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Só vendo, só vendo, não consigo lembrar exatamente, Mari.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não tem problema. E com relação àquele... tu falaste que era representante do grupo de sustentabilidade, e nesse grupo a servidora Lia Wilges estava também?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: No início sim, era ela que estava na condução dos projetos relacionados à sustentabilidade dentro da SMED.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, ela estava a par do projeto da Ambiética, que é o projeto sustentabilidade.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim, sim, sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Porque hoje nós gostaríamos de saber... então, você dentro do grupo do WhatsApp, da sustentabilidade, afirma que a Sra. Lia Wilges também estava nesse grupo de WhatsApp?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É tinha um grupo do núcleo...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Do núcleo de sustentabilidade?

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: É, inclusive tinha... não era só eu que participava, tinha outros servidores da SMED...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E a Sra. Lia estava também como representante também do núcleo da sustentabilidade.

SRA. MABEL LUIZA LEAL VIEIRA: Sim, sim, tinha, o pessoal da Ambiética estava nesse grupo, porque tinha que fazer os agendamentos das formações, tinha as reuniões que a gente fazia para depois fazer esse agendamento das formações nas escolas. Teve toda uma formação inicial conosco primeiro, então, era uma troca de trabalho ali sim.

Mabel Luiza Leal Vieira

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Perfeito, algum vereador gostaria de fazer mais alguma pergunta? Em não havendo, antes de encerrar, nós temos um

requerimento do vereador... Desculpe, em não havendo, eu vou liberar a servidora Mabel, agradecer o comparecimento, pedir desculpa pelo adiantado da hora, a gente sabe que ela tem compromissos também no Estado, e nós vamos votar só um requerimento do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Eu tenho três requerimentos aqui também para fazer.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Votar, é o seguinte, Sr. Relator, combinei com a Presidente Mari para que a gente vote a proposição de unificar... não de unificar, mas de fazer conjuntas também aquelas que não são só oitavas, as reuniões conjuntas das duas CPIs nas segundas-feiras. Estabelecer que segunda-feira sempre serão realizadas as nossas reuniões.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Quanto a isso, Presidente, daí a ideia do Ver. Cecchim é toda segunda-feira, às 10h, reuniões conjuntas. Então, tem que convocar os dois grupos, as duas CPIs. E aí, tendo em vista, a gente fez um cronograma de atividades aqui. Já para a próxima semana, a gente convocar a secretária Sônia. Depois, na outra semana, dia 25, convocar o secretário adjunto Mário e, no dia 2, convocar a senhora Michele Bartzén Acosta, os quatro já estão aprovados nas duas CPIs, aí a gente já faria esse cronograma para, nas próximas três segundas-feiras, já ouvir. Também quero apresentar aqui dois requerimentos de visitas que já estão aprovados na outra CPI, para que, se a gente for fazer a visita, que possam ir os dois grupos, que nesta não foram apresentados. Das visitas aos depósitos da La Plata, da Av. Voluntários da Pátria, bairro Navegantes, e da Rua Olavo Bilac, e, também, das escolas Santo Expedito, Ilha da Pintada e Mário Quintana, que já estão aprovados na outra CPI. Então, aprovando aqui, e, também, se formos fazer as visitas, a gente pode fazer num outro dia que não a segunda-feira e combinar como sessão

extraordinária, aí os vereadores podem, aqueles que desejarem ir vão, aí não tem a questão das faltas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ok. Podemos fazer um bloco para votar todos esses requerimentos juntos? Está aprovada a formação do bloco, e estão aprovados os requerimentos sugeridos pelo Ver. Idenir Cecchim e pelo Ver. Mauro Pinheiro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exatamente, então fica convocado para a próxima segunda-feira, em que o Presidente será o Ver. Idenir Cecchim, às 10 horas, onde nós teremos a reunião conjunta das duas CPIs.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A minha pergunta, Presidente, se nós vamos cumprir o plano de trabalho, ou não?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, vamos cumprir o plano de trabalho.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Hoje nós tivemos muitos problemas, não é?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ok.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não foi cumprido.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós vamos reforçar com os vereadores e estaremos reforçando essa sinalização. Eu só gostaria de registrar voto contra do Ver. Jonas Reis, aqui nas notas taquigráficas. Em não havendo,



eu declaro como encerrada a presente sessão. Obrigada.

(Encerra-se a reunião às 12h29min.)